



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e seis membros, verificando-se a ausência dos Deputados **Artur Pina Martins** e **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**. -----

Os Presidentes da Junta de Freguesia da Granja do Tedo e da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira fizeram-se representar, respetivamente, por **Carlos Joaquim Gomes Teixeira** (Secretário) e **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário que a Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa** pediu a suspensão temporária de mandato, por um período inferior a trinta dias, tendo sido convocado o cidadão subsequente na lista, **Micael Lamego dos Santos**. -----

Deu ainda conhecimento da ausência dos Vereadores **Carlos Martins dos Santos Portugal** e **Manuel dos Santos Costa**, que apresentaram a devida informação da causa das respetivas ausências, respetivamente por motivos pessoais e profissionais. E não sendo obrigatórias a presença agradeceu o deferimento tido para com o Órgão, ao informarem das respetivas ausências. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e trinta e três minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários. ----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **José Carlos Oliveira da Silva** e **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

ATA 07 || 2021.2025 Fls. 159



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Antes de passarem à leitura da convocatória, o Presidente da Assembleia Municipal deu nota que tinha passado um ano e um dia sobre as últimas eleições autárquicas, eleições onde cada um dos presente obteve mandato para representar os concidadãos, um ato de assunção de responsabilidade que desde o início até à presente data cumpriram e tentaram cumprir com o máximo afínco e disponibilidade para em conjunto e na diversidade de opiniões promoverem o desenvolvimento das terras e o bem das populações. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano de 2022** [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da **taxa municipal de direitos de passagem para vigorar no ano de 2023** [cfr. alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e subsequentes alterações]; -----

PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da **taxa de derrama a cobrar no ano de 2023 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2022, que seja superior ao montante de € 150.000,00** [cfr. alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual]; --

PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação da **taxa de derrama reduzida a cobrar no ano de 2023 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2022, que não ultrapasse o**

ATA 07 || 2021.2025 Fls. 160



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

montante de € 150.000,00 [cfr. alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro]; -----

PONTO SEIS: Apreciação, discussão e votação da **taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para vigorar no ano de 2023** [cfr. alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro]; -----

PONTO SETE: Apreciação, discussão e votação da **taxa do imposto municipal sobre imóveis (prédios urbanos) para vigorar no ano de 2023** [cfr. alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, e subsequentes alterações]; -----

PONTO OITO: Apreciação, discussão e votação da **redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2023**, relativamente a prédios (urbanos ou parte) de sujeitos passivos com dependentes a cargo [cfr. alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com remissão para o n.º 1 do artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro]; -----

PONTO NOVE: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e sete de junho do ano de dois mil e vinte e dois. O Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido. Não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. De referir que os Deputados **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Micael Lamego dos Santos**, o **Presidente da Junta de Freguesia de Arcos** e o **Secretário da Junta de Freguesia da Granja do Tedo**, se abstiveram de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votar pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. De referir ainda que no momento da votação, o Deputado **Eduardo Rodrigues Mendes** e o **Presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro** não se encontravam presentes. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal deu nota que no decorrer da reunião iria ser entregue em suporte papel a adenda à informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira, com referência principalmente aos processos em Tribunal cujo Município era interveniente. -----

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo referido que não tinham público a assistir à reunião, muito embora as condicionantes que tinham e estavam previstas na lei decorrente da pandemia COVID-19 tivessem deixado de ter efeito no final do mês de junho, pelo que já poderiam ter a permanência de público nas reuniões. -----

O Presidente da Assembleia Municipal transmitiu ainda que não havia nenhuma inscrição a solicitar intervenção na reunião, pelo que se deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião de junho e esta, nomeadamente da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) que tinha sido prolífera no envio de informação e publicações, bem como em propostas de formação. -----

Por fim, mencionou ainda que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de junho e esta, e que se encontravam disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito em primeiro lugar o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que após cumprimentar os presentes na sessão, começou por dizer ao Presidente da Assembleia Municipal que relativamente à correspondência recebida e às informações, que caso se justificasse e se achasse que subjetivamente ao fazer a avaliação que tal seria útil para algum dos Deputados, pensava que seria bom que essas informações lhes fossem enviadas sempre que possível ou que achasse que fossem importantes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguiu dizendo que, muitas das vezes, as suas intervenções não tinham exatamente a ver com os assuntos em concreto do concelho, mas diziam respeito a todos e não podia deixar de o referir. Achava que era bom que Portugal começasse a ter uma sociedade civil e grupos de pressão muito mais acentuados. Mencionou que esta sua intervenção dizia respeito ao célebre pacote de apoio às famílias portuguesas e gostava que os munícipes que o ouviam pensassem bem nessas questões, porque os cento e vinte e cinco euros que o Governo irá dar em outubro correspondem a trinta e quatro cêntimos por dia. Questionou se era isso que iria mudar a vida das pessoas. Era óbvio que dinheiro era dinheiro, mas deveriam ser razoáveis e exigentes com os governantes. Tinham uma inflação de quase dez por cento e que no próximo ano poderia ultrapassar esse valor e aquilo que davam era trinta e quatro cêntimos por dia. Um Governo que arrecadou vários milhares de milhões de euros. Sabia que tinham que manter as contas estáveis e equilibradas, mas dava-lhe a impressão que o Governo se queria tornar numa empresa com lucros extraordinários, porque queria arrecadar pura e simplesmente dinheiro para os cofres do Estado, com as verbas provenientes do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP), que tinham aumentado imenso. Relativamente aos seis por cento de IVA na eletricidade, em cem *watts* de energia elétrica eram quinze euros na fatura. Para além de que esses seis por cento de IVA era só nos primeiros cem *quilowatts* o que representava um euro e dez cêntimos de economia no fim do mês. No que respeitava aos reformados, era mais uma medida que tinha sido extremamente mal explicada e que serviu para as pessoas pensarem que os governantes lhes estavam a dar dinheiro. Contudo, os cinquenta por cento da pensão a receber em outubro correspondiam a metade do que receberiam de aumento durante o ano de dois mil e vinte e três. Por isso, ninguém estava a dar nada. Apelou aos munícipes para pensarem nisso, para não acabarem como o que acabava de acontecer em Itália, onde no fim de semana a extrema-direita venceu as eleições. Parecia que os ventos de há oitenta anos estavam a voltar, e as pessoas sabiam como a Europa tinha ficado em escombros no final de mil novecentos e quarenta e cinco, em que precisou de um Plano Marshall de ajuda financeira dos Estados Unidos para reconstruir a Europa e isso graças a vários regimes fascistas que se tinham instalado. Era muito fácil ouvir o que esses partidos de extrema-direita e extrema-esquerda diziam, eram populistas e diziam o que as pessoas gostavam de ouvir, mas não tinham milagres, porque para Portugal entrar nos eixos eram precisas reformas estruturais, não eram as palavras de André Ventura no Parlamento. Na sua opinião deveriam pensar na política de uma forma muito mais racional. As pessoas estavam cansadas de demagogia,

ATA 07 || 2021.2025 Fls. 163



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos diplomatas e politicamente corretos. Terminou dizendo que os partidos de extrema-direita estavam a subir na Europa e isso era grave, era tão grave como a guerra na Ucrânia, como a inflação e como a escassez de água. -----

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Cristofe Pedrinho** que após cumprimentar os presentes na sessão, levantou duas questões para o Presidente da Câmara. A primeira relacionada com o Decreto-Lei n.º 65/2021, de trinta de julho que regulamentava o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e definia as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança e que tinha um prazo de implementação que finalizou em julho de dois mil e vinte e dois. Queria saber qual o ponto de situação do Município, se estava alguma coisa prevista, ou se já estava tratado, até porque havia um relatório que tinha que ser feito anualmente para a entidade. A segunda questão era relativa ao Plano Diretor Municipal (PDM), gostaria de saber qual a data para o Município de Tabuaço iniciar esse processo de revisão do PDM, até porque sabia que havia vários Municípios que já tinham iniciado esse processo. ---

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia**, que após saudar os presentes na sessão, propôs um voto de pesar pelo falecimento da senhora Eurídice Ferreira Lima, cujo teor se transcreve: -----

“O senhor Armindo Fernando Barradas, Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, apresenta um voto de pesar, pelo falecimento da senhora Eurídice Ferreira Lima, falecida a vinte e três de setembro de dois mil e vinte e dois. -----

A falecida era mãe da senhora Ana da Conceição Lima Azevedo, Tesoureira da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia.” -----

Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal informou o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** que registou a proposta do voto de pesar sobre a qual o Plenário se pronunciará no final do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

No seguimento das intervenções, foi dada a palavra ao Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** que após cumprimentar os presentes na sessão chamou a atenção ao Executivo do facto de na zona onde ele habita, zona do Monte Travesso, haver uma adega, da Gran Cruz, que recebia cada vez mais uvas quer do concelho quer de concelhos vizinhos, o que fazia com que o movimento de camionetas fosse bastante intenso. Solicitou para, caso fosse possível, tentarem resolver a situação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que na sua opinião seria de fácil resolução, bastaria, se possível, que a estrada fosse, temporariamente e durante a época de vindimas, de apenas um sentido. Deixou a sugestão, referindo que a estrada permitia a entrada e saída de viaturas de uma forma circular, e desse modo acabaria com alguns transtornos em termos de circulação durante a altura de receção de uvas. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes na sessão, começou por responder às questões suscitadas pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** referindo que relativamente à questão do regulamento da proteção de dados e do regime jurídico do ciberespaço realmente havia um desfasamento não apenas no Município de Tabuaço, mas também de outros municípios, pelo que dentro da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro) optaram, tal como em outras situações, de tratarem essa situação em comum. Nesse sentido, aprovaram na reunião de Câmara, de dia trinta de agosto do corrente ano, a minuta do protocolo com a CIMDouro. No que concerne ao processo de revisão do PDM referiu que já houve a adjudicação e um pedido de primeira reunião à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte), que entretanto pediu uns elementos adicionais, que já estavam a ser tratados pela equipa de trabalho. Estavam a iniciar o procedimento do processo de revisão do PDM, pelo que iria solicitar que na próxima reunião da Assembleia Municipal, em dezembro, falarem novamente sobre este assunto para que houvesse alguém da Assembleia Municipal que acompanhasse esse processo, tal como já tinha sido referido em reuniões anteriores. -----

Depois, quanto à questão suscitada pelo Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** relativamente ao trânsito na zona da adega da Gran Cruz, parecia-lhe que o roteiro sugerido, de entrada por um lado e saída pelo outro, não era o melhor para veículos daquelas dimensões. Mas tinha lógica a perspetiva de poderem, eventualmente, alterar a circulação na época de vindimas, até porque o tráfego era maior. Portanto, poderia ser uma situação a equacionar no próximo ano, sendo que teriam sempre que abordar os proprietários que têm naquela zona unidades de turismo, de restauração ou agrícolas para tentarem perceber as várias sensibilidades. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente às questões levantadas pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, como era lógico, também tinha a sua opinião e parecia-lhe que iriam passar por períodos bastante difíceis. Isso refletia-se no aumento brutal dos preços. Mas a realidade era que, aliado à inflação e à subida das taxas de juro, poderiam estar a ver acontecer uma tempestade perfeita no sentido de tornar bastante difíceis e até degradantes as condições de vida das pessoas nos próximos tempos. -----

Foi dada novamente a palavra ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que pediu um esclarecimento à Mesa e ao Executivo. Já na última reunião tinham falado dessa questão do PDM e da possibilidade de existir ou não uma comissão de trabalho. Indagou o Presidente da Assembleia Municipal sobre o pretendido e se realmente precisavam da colaboração dos Membros da Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para responder à questão colocada pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** dizendo que na próxima reunião da Assembleia Municipal constaria como ponto a eleição do(s) representante(s) deste Órgão nessa comissão de acompanhamento dos trabalhos de revisão do PDM. Iria reunir com o Presidente da Câmara para aferir em que moldes essas reuniões seriam feitas, qual o âmbito de intervenção e mediante isso veria o número de elementos necessários. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Assembleia Municipal e não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi o voto de pesar pelo falecimento da senhora Eurídice Ferreira Lima sujeito a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De referir, que no momento da votação, o Deputado **Eduardo Rodrigues Mendes** não se encontrava presente. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um** da ordem do dia e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dizer que gostaria de abordar algumas situações que achava fundamentais. Em primeiro lugar, o ponto de situação da delegação de competências. Ainda não tinham a delegação de competências na área da ação social e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da saúde, continuavam em negociações. Relativamente à delegação de competências na área da educação, que tinham desde abril do corrente ano, referiu que ainda não tinha havido qualquer reunião com a comissão de acompanhamento e monitorização. Informou que continuavam a reivindicar a intervenção no edificado, neste caso do Parque Escolar, que não constava no acordo de delegação de competências. Tal como já tinha referido várias vezes, dentro do mapeamento que tinham nos dezanove municípios da CIM Douro, o Agrupamento de Escolas Abel Botelho estava no topo das prioridades. Contudo, a partir do momento em que essa matéria saiu do plano regional, aquando do mapa assinado entre as autarquias e o Governo no âmbito da transferência de competências na área da educação, havia escolas na região do Douro que ficaram à frente. Essa reivindicação, quer da parte do Município quer por parte da direção da Escola acabou por resultar de uma forma frutífera quanto ao mapeamento de algumas centenas de escolas que teriam de ser intervencionadas, já que a Escola de Tabuaço fazia agora parte da lista das escolas “urgentes” no processo de requalificação no âmbito da descentralização de competências. Ficaram satisfeitos pelo facto de terem sido mapeados, mas não ficaram satisfeitos com a graduação do mapeamento, onde a Escola de Tabuaço foi classificada como “urgente”. Esse mapeamento não referia valores, o projeto estava a ser elaborado e iria ser garantido pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou pelo Portugal 2030 e na eventualidade de nenhum desses mecanismos o permitir, iriam arranjar outra forma de financiamento. Contudo, essa outra forma de financiamento não vinha devidamente discriminada, o que o deixava apreensivo. -----

Acrescentou que, relativamente à questão das despesas, de acordo com o que a Direção da Escola lhe tinha transmitido, estavam com gastos claramente superiores aos valores que eram transferidos pelo Governo. Estavam a calcular os custos, porque lhes foi dito pelo Ministério da Educação que estas situações, à medida que fossem evoluindo e que tivessem essas reuniões com a comissão de acompanhamento, seriam eventualmente passíveis de ser ajustadas com a transferência de mais verbas. Esperava, sinceramente, que assim fosse. Para além disso, tinham ainda a questão do fornecimento das refeições escolares, que era agora incumbência da Câmara Municipal. O concurso para o fornecimento das refeições escolares tinha sido aberto durante o período de férias e conseguiram celebrar um contrato para a aquisição desses serviços com um valor no limite da transferência que lhes era feita. Segundo as informações que tinha recebido por parte da Associação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Pais, da Direção da Escola, dos professores e de mais intervenientes no processo escolar a qualidade dos produtos era melhor do que no passado. -----

O Presidente da Câmara deu conhecimento que tinha dado entrada uma ação em tribunal, por parte da Comunidade Intermunicipal do Douro, relativamente a uma situação despoletada pelo Município de Tabuaço relacionada com a desqualificação, redução e até eventualmente encerramento dos balcões da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD). Houve uma reunião com a direção, o secretariado executivo da CIMDouro e com a responsável distrital da CGD de Vila Real, o que foi inconclusiva pois tratava-se de uma questão nacional e nenhum responsável distrital ou regional tinha qualquer tipo de capacidade de inverter a situação. Esta ação que despoletaram através da CIMDouro levou a que outros organismos, outras comunidades intermunicipais e outras associações se tenham constituído também assistentes do processo, o que denotava esse empenho no sentido de tentarem inverter uma situação que mais uma vez era o reflexo da tal política claramente centralista que se vivia no país. -----

Deu nota do ponto de situação relativamente à questão da comunidade ucraniana. Viviam no concelho trinta e cinco pessoas, dezoito adultos e dezassete jovens integrados na escola. Havia alguns adultos que já tinham estado a trabalhar, sendo que atualmente apenas dois ou três se encontrava nessa condição. Disse que atualmente os apoios atribuídos pela Câmara Municipal eram os mesmos que a qualquer outro município e sempre com base no regulamento da ação social do Município. Relativamente às questões de alojamento era tratado diretamente através de medidas de apoio com a comunidade ucraniana e os senhorios. No que respeitava às questões de trabalho eram tratadas com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP). Como era lógico, continuavam a ser o polo agregador, até porque se mantinha a dificuldade de comunicação. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara abordou as questões da escassez da água e do saneamento. Referiu que tinham graves problemas principalmente com a questão dos abastecimentos da barragem de Ranhados que estava cada vez com menos água, tal como acontecia com a barragem do Vilar. No que concerne às captações próprias esses problemas também acabavam por se refletir, acabavam por ter menos intensidade e menos quantidade de água quando comparativamente com anos anteriores. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou referindo, que já anteriormente tinham falado na constituição da tal associação de municípios de fim não específico, que tinha sido aprovada em Assembleia Municipal na legislatura anterior, e na qual se previa a integração do Município de Tabuaço juntamente com os Municípios do Douro Sul, num sistema de dez municípios onde todos teriam uma tarifa igual e teriam um período de cinco anos para convergirem todos para essa tarifa. No estudo efetuado, essa tarifa rondava os vinte e seis euros por dez metros cúbicos, ou seja dois euros e sessenta cêntimos por metro cúbico de água e de saneamento. Aquilo que tinha sido aconselhado aos Municípios foi de não mexerem nos tarifários até terem esse estudo concluído e terem a tal associação. A verdade era que tinham passado por um período de pandemia em que isso esteve parado e pior ainda, depararam-se com o reverter do processo quando a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) deu o dito por não dito. Agora a ERSAR dizia que a constituição da associação não tinha enquadramento legal ou jurídico para aquilo que se pretendia fazer. Portanto, a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul (AMVDS), que era a alavanca para toda esta situação, decidiu que iriam avançar para uma situação similar à das Águas do Norte, S.A. e onde os Municípios do Douro Norte já estavam inseridos. -----

Salientou que, independentemente do sucedido, não poderiam neste momento continuar com as coisas como até então. Foram aconselhados a proceder a uma atualização, a um aumento, dos tarifários do abastecimento da água no concelho. Situação essa, que entenderam que apenas se devia refletir, nesta fase, nos escalões mais altos, porque à partida também seriam aqueles que em primeira instância poderiam estar a perigar mais ou a contribuir mais, para este maior gasto. E por isso, depois desta recomendação e imposição da ERSAR, tiveram de lhes pedir para haver esta alteração de valores nos escalões mais altos. Tendo sido dito pela ERSAR, aquilo que já sabiam há algum tempo, que o Município de Tabuaço mais quatro ou cinco no país não cobravam a taxa de saneamento, o que era ilegal e caso não o fizessem dificilmente conseguiriam aceder a fundos comunitários. Portanto, e neste momento, já que estavam a mexer nas taxas, por recomendação da ERSAR, e também pelo facto de as tarifas terem de ser sustentáveis, aproveitaram para acrescentarem a taxa de saneamento a todos os escalões. Continuou dando nota que, neste momento, o Município de Tabuaço entre perdas por mau estado de redes, entre ligações que podiam ser paralelas, entre desperdícios e uma série de outras situações, tinha um prejuízo na ordem de meio milhão de euros por ano e isso teria de ser invertido de alguma forma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente às alterações nos tarifários deu nota que no caso do primeiro escalão, que ia dos zero aos cinco metros cúbicos, se mantinha nos cinquenta cêntimos. O segundo escalão, entre os seis metros cúbicos e os quinze metros cúbicos, passava dos cinquenta cêntimos para os sessenta e cinco cêntimos. Deu ainda nota que basicamente grande parte do universo dos consumidores se balizava entre estes dois escalões. Relativamente ao terceiro escalão, entre os dezasseis metros cúbicos e os vinte e cinco metros cúbicos, antes era de sessenta e cinco cêntimos e agora passava para um euro e quarenta cêntimos. Aqui os aumentos eram claramente maiores, porque era aqui onde realmente entendiam que o elevado consumo não era para gastos fundamentais. No último escalão, a partir dos vinte e seis metros cúbicos, onde antes era noventa cêntimos passaria para três euros. Portanto, exemplificou que, grosso modo, numa fatura da água para cinco metros cúbicos antes o consumidor pagava dois euros e sessenta e cinco cêntimos e agora passaria a pagar cinco euros e dezassete cêntimos. Já numa fatura de doze metros cúbicos onde antes o consumidor pagava seis euros e setenta e três cêntimos iria com esta alteração no tarifário pagar treze euros e sessenta e três cêntimos. Numa fatura de vinte e dois metros cúbicos onde anteriormente o consumidor pagava treze euros e trinta cêntimos iria começar a pagar trinta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos. E numa fatura de trinta e sete metros cúbicos antes o consumidor pagava vinte e seis euros e oitenta e dois cêntimos e presentemente pagaria cento e dez euros. -----

Continuou dizendo que tinham que perceber que o problema da água era um problema gravíssimo e que numa reunião que tiveram há cerca de dois meses, com o Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) e com o Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, foi referido que as previsões do ponto de rutura para a barragem de Ranhados seria atingido já no mês de novembro deste ano e na barragem do Vilar, apesar de percentualmente haver menos cota de água a albufeira é muito maior, nestas circunstâncias previa-se o ponto de rutura em setembro ou outubro do próximo ano. Não era apenas a questão da falta de água era também o facto de que quanto menos água houvesse pior era a qualidade da mesma, mais custava a tratar e no fundo era um círculo vicioso. Disse que tentaram não mexer muito nos escalões mais baixos que era onde estava o grande universo dos consumidores e onde a água gasta era a que tinha mesmo de ser gasta. Disse ainda que havia uma questão no regulamento que se prendia com os consumidores não-domésticos que apenas tinha um escalão e que remetia para o terceiro escalão dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consumidores domésticos, ou seja, neste caso o valor a pagar seria de um euro quarenta cêntimos. Parecia-lhe que deveria haver uma discriminação ou um alargamento destes escalões dos consumidores não-domésticos e provavelmente em dezembro trariam à Assembleia Municipal o regulamento para atualizarem essa situação e outros acertos que pudessem surgir. -----

O Presidente da Câmara deu conhecimento à Assembleia Municipal que, no dia vinte e seis de setembro, começou a funcionar o Espaço Cidadão Móvel. Havia pessoas que entendiam que, se calhar, não se estava a fazer bem, porque ao levar-se a unidade móvel e o serviço até às aldeias estava-se a tirar as pessoas da sede do concelho. Continuava a acreditar que as pessoas quando tinham de vir vinham. Parecia-lhe que era um bem maior poder, dentro de uma faixa etária bastante idosa da população do concelho, levar uma série de serviços à população. Relativamente ao Espaço do Cidadão de Sendim, referiu que ainda não estava aberto porque houve um problema com a casa de banho que estava feita de uma forma, com medidas que tinham sido aceites, e depois aquando da vistoria por parte da entidade tiveram de alterar as medidas por causa dos cidadãos com mobilidade reduzida e da questão das cadeiras de rodas. Essa alteração fez com que a abertura fosse adiada, mas acreditava que no espaço de um mês estariam em condições de abrir o espaço. -----

Por último, o Presidente da Câmara fez alusão ao ano passado sobre as eleições autárquicas de dois mil e vinte e um e, mais do que exaltar a data, agradeceu o contributo de cada um naquilo que era o bem maior das populações de cada freguesia e do concelho. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito os Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira e Cristofe Pedrinho**. -----

O Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** usou da palavra para, em primeiro lugar, solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal para fazer duas intervenções porque tinha muitas coisas para dizer e para a intervenção não ficar muito comprida. Depois, e relativamente à informação escrita, disse não ter percebido relativamente ao processo com a Caixa Geral de Depósitos quando o Presidente da Câmara disse que se constituíram assistentes do processo. Gostava de saber que processo era esse e do que tratava em concreto. Depois havia uma informação que lhe foi dada e gostava de saber o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

motivou isso, sabia que tinha sido canalizada uma verba para uma munícipe que danificou a viatura em Sendim, na via pública. Não sabia se poderia ser a Junta de Freguesia de Sendim a esclarecê-lo ou a Câmara Municipal, mas gostava de saber o que realmente aconteceu. Porque é que havia algo tão grave na via pública para causar um dano na viatura que custou ao bolso dos contribuintes dois mil e duzentos euros para o arranjo da viatura. -----

Continuou referindo que, em relação à questão das águas, achava que era extremamente importante, porque cientificamente estava dito que para recuperarem os aquíferos aos níveis que estariam há vinte e cinco ou trinta anos seriam necessários quatro anos de chuva. Portanto, isso nunca iria acontecer. E a questão da água tinha de ser algo realmente pensado com muita sustentabilidade e a questão das taxas progressivas era apenas uma das medidas para mostrar às pessoas e obrigá-las, porque era neste momento obrigatório, e eram muito graves os desperdícios a que muitas vezes assistiam. Relativamente a essa questão, aproveitou para referir que achava que era prioritário o tipo de investimento de que iria falar. Não conseguia entender como era possível que perto da sua casa houvesse uma fuga de água já há vários meses, depois de terem sido feitos vários avisos, quer por ele quer por outros munícipes. Podiam dizer que não havia logística, mas se não havia tinham de arranjar. Porque tratava-se de uma questão prioritária. Não podia haver uma fuga de água e ainda de grande dimensão e estar cerca de quatro meses para ser arranjada, o que era certo era que a fuga tinha começado a ser arranjada anteontem. Questionou como queriam dar o exemplo, como podiam dar o exemplo, defenderem uma questão de sustentabilidade da água e depois terem uma fuga de grandes dimensões durante mais de três meses. Indagou onde estava a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Sendim para deixarem que aquela situação estivesse assim. Essas situações não podiam nem deviam acontecer, tal como outra questão em que existiu de um esgoto, da tampa de um esgoto a vazar no troço entre o ramal e Guedieiros. Perguntou se foi preciso as pessoas telefonarem-lhe, será que ninguém passou lá e verificou que aquilo estava naquela situação. Questões ambientais gravíssimas, que perdurou também durante mais de três meses. Não conseguia entender. Tinham que pensar seriamente num investimento que era, no seu entender, prioritário, na melhoria e na modernização, porque não podiam ter este tipo de fugas e quando as tinham não as podiam deixar estar durante tanto tempo. Terminou referindo que a água era um bem cada vez mais escasso e era inadmissível o que aconteceu em Sendim, tal como poderia acontecer noutros sítios do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Cristofe Pedrinho** referindo-se à questão da água, que após a intervenção do Presidente da Câmara ficou com algumas dúvidas, até porque, noutra Município, acompanhou de perto a criação de uma empresa, que depois não chegaram a criar e apenas perderam tempo, porque agora iam aderir ao sistema de águas, do Grupo AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (Águas de Portugal). A sua dúvida era se o Município de Tabuaço iria aderir ou não à Águas do Norte, S.A., a entidade gestora responsável pelo sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal e que pertence ao Grupo Águas de Portugal, e em caso afirmativo se essa adesão iria ser em alta, e se todos os ramais novos, todos os investimentos necessários iriam ser assumidos por parte da Águas do Norte, S.A. ou se iria ser o Município a ter que fazer esses investimentos. Continuou referindo que em relação aos preços era algo que já estava previsto que acontecesse. Percebia que não tivesse acontecido anteriormente por causa de estarem a tentar criar a empresa, era factual não iria haver nenhuma solução. A dúvida que tinha era se nos preços indicados pelo Presidente da Câmara a esses valores acrescia a taxa de saneamento. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para responder às intervenções efetuadas pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. Após saudar os presentes na sessão referiu que relativamente à questão do esgoto, houve uma fossa que ruiu e careceu de várias intervenções pela Câmara para despejarem a conduta. Falou várias vezes quer com os serviços técnicos da Câmara, com o Presidente da Câmara e com o Vice-Presidente da Câmara para tentarem encontrar a melhor solução para esse problema. Reconheceu que a tampa do esgoto esteve a vaziar, mas não vazava sempre e cada vez que isso acontecia iam lá os serviços para despejarem a conduta. Em relação à fuga de água, era uma fuga mínima e não foram quatro meses, mas dois meses. Disse que o funcionário da Junta de Freguesia de Sendim foi lá várias vezes, abriu vários buracos, mas não conseguia detetar a fuga. Foram inclusive lá chamados os serviços técnicos da Câmara com o detetor de fugas e só na quinta vez conseguiram detetar a fuga, porque o tubo estava a uma profundidade de um metro. Realçou que era uma fuga mínima e não os milhões de litros de água que o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** mencionou. -----

Usou da palavra o Presidente da Câmara para esclarecer e responder às questões que foram colocadas. Começou por responder à intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referindo que relativamente à questão de se constituírem assistentes do processo, talvez se tenha explicado mal. Foi a Comunidade Intermunicipal do Douro que entrou com uma ação relativamente à questão da desqualificação, redução e possível encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos e foi-lhe transmitido pelo Secretário Executivo da CIMDouro, que se tinham constituído assistentes do processo juntamente com uma outra entidade. Relativamente à questão dos danos na viatura, tinha ideia que teve a ver com uma tampa do saneamento que ou estava mal colocada ou não estava colocada e que danificou o eixo traseiro ou o chassi da viatura. Houve uma ocorrência que chegou por parte da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da munícipe. E dentro das responsabilidades do Município, da gestão das vias, mediante o valor que foi apresentado e, eventualmente, comprovado pelos serviços que estava dentro dos valores do mercado, foi o valor pago à munícipe. Não foi caso único, ainda há pouco tempo tiveram uma situação na estrada da Quinta de Santo António, na freguesia de Adorigo. Já que estavam a falar disso, importava também referir que era fundamental e a única forma de poderem eventualmente assumir essas responsabilidades era havendo um registo da ocorrência por parte das autoridades, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana. Relativamente às outras questões quis apenas acrescentar àquilo que o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** disse que tinha a noção de que por vezes não conseguiam chegar a todo o lado com a celeridade necessária. -----

No que concerne às questões levantadas pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**, disse que a lógica era haver um sistema que comprasse a água à Águas de Portugal e depois, em vez de serem os dez Municípios, cada um por si, seria a tal entidade que inicialmente era uma associação a negociar com as Águas de Portugal. Voltou a frisar que à época, aquando da génese do processo da criação da tal associação no anterior mandato pelos Presidentes das Câmaras de Lamego, Moimenta da Beira e de São João da Pesqueira, foi-lhes dito que a associação se enquadrava perfeitamente, tanto que optaram em sentido contrário àquilo que foi feito pelo Douro Norte que optaram pela empresa, sendo que eles também já tinham um *know-how* e um histórico diferente porque tinham a empresa Água e Resíduos de Vila Real E.M., S.A. (EMARVR). Relativamente aos investimentos havia valores, de fundos comunitários, que seriam divididos proporcionalmente pela participação social de cada um dos Municípios, que tinha sempre a ver com o tamanho de cada um, e que depois era canalizado para as prioridades de cada um. Referiu ainda que na última reunião da Associação de Municípios do Vale do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Douro Sul ficou decidido fazerem novamente um estudo, pela mesma empresa, do estado de cada um dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de cada um dos Municípios para que depois possam todos partir em igualdade de circunstâncias. Mas enquanto isso não acontecia, havia muitas coisas que teriam que ser feitas, tal como a substituição dos contadores que era fundamental e começariam em primeiro lugar a retirar todos os contadores que ao longo do tempo foram colocados dentro das propriedades e coloca-los da parte de fora das propriedades. Referiu que o concelho de Tabuaço, se calhar, foi dos concelhos que mais cedo teve uma maior cobertura de rede quer de abastecimento de água quer de saneamento, o que levava a que atualmente tivesse, provavelmente, as redes um pouco mais obsoletas. Por isso, têm aproveitado muita da regeneração urbana para irem fazendo a substituição das redes de abastecimento de água e de saneamento, tal como aconteceu nas freguesias de Valença do Douro, Tabuaço, Sendim e na Granja do Tedo. Mas, como era lógico, era um trabalho quase hercúleo, e aliado a outras situações tornava-se ainda mais difícil. A verdade era que também reconhecia que por vezes não tinham a capacidade, principalmente nos períodos de verão, de chegarem a todo o lado dentro da celeridade e da vontade que queriam, pelo que já recolheram os dados de duas ou três empresas externas que trabalhavam na região para tentarem dar uma melhor capacidade de resposta às situações que surgiam. Referiu ainda que, o que faltava fazer eram as coisas mais difíceis, as situações mais complexas que existiam em cada uma das freguesias e que todos os Presidentes de Junta de Freguesia tinha noção disso e que infelizmente não conseguiram resolver com o normal decursos das coisas. -----

Relativamente à outra questão que se prendia com os valores referidos anteriormente, da atualização dos tarifários do abastecimento de água, já englobavam as taxas de saneamento. Disse ainda, que qualquer casa que não estivesse ligada à rede de saneamento, ou seja, que tivesse uma fossa, tinha sempre a possibilidade de não pagar a taxa de saneamento, situação que também estava perfeitamente definida no regulamento, sendo que, no caso, de uma casa que tivesse uma fossa e o munícipe optasse por pagar a taxa de saneamento, a Câmara assegurava a limpeza da mesma. -----

Foi dada novamente a palavra ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que referiu ter-se esquecido de, na intervenção anterior, questionar o Presidente da Câmara acerca da situação da Loja do Cidadão de Sendim e para quando a sua abertura. Relativamente a esta situação e quando o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara falou na questão das pessoas idosas, achava que tinham de alargar um o espetro. Fez-lhe lembrar a discussão que teve com o Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** aquando da suspensão do transporte de passageiros que fazia a ligação de Tabuaço-Lisboa. O expresso e a Loja do Cidadão eram para fixar pessoas, porque a questão da existência de serviços ajudava a fixar a população. E isso era para ele o fundamental. -----

Depois, respondendo ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, disse não ter estado a discutir a quantidade de litros que se perderam na fuga de água. Se calhar fez-se entender mal. Estava a discutir uma situação gravíssima de falta e de abastecimento de água, que podia levar e já tinha levado, a que aldeias do país fossem abandonadas por causa da falta de água, o que estava aqui em causa não eram os litros que se perderam, mas a quantidade de tempo que foi necessário para que a fuga fosse reparada, porque foram necessários mais de dois meses para repararem a fuga, tinham que ser razoáveis e se havia investimentos que eram prioritários, este era um deles, se não quisessem que o concelho ficasse cada vez mais desertificado. Terminou, agradecendo, coincidência ou não, tanto a tampa de esgoto como a fuga de água foram arrançadas após a sua chamada de atenção. -----

Para responder à intervenção, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que referiu que no que concerne à questão da abertura da Loja do Cidadão em Sendim, julgava que no espaço de um mês tinham tudo resolvido para que pudesse ser aberto. Provavelmente ter-se-ia feito entender mal quando falou na questão das pessoas idosas, mas não se estava a referir às Lojas de Cidadão de Tabuaço e de Sendim, mas sim ao Espaço Cidadão Móvel, porque à partida durante o período em que a unidade móvel se dirige às freguesias do concelho, as pessoas mais novas, as que estavam em idade ativa, não iriam usufruir desse serviço, pelo que seria claramente mais benéfico para as pessoas idosas. -----

Referiu ainda, que relativamente à questão do encerramento dos serviços, tinha de exaltar a postura da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Távora e Douro (Crédito Agrícola), que, em contraponto com o que aconteceu com a Caixa Geral de Depósitos, não pretendiam fechar balcões. Também tinha existido alguma pressão por parte do Banco de Portugal e da própria Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo no sentido dos micro balcões, que não teriam o rendimento dos *Automatic Teller Machine* (ATM's), serem reduzidos ou eventualmente encerrados, situação que a administração do Crédito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agrícola em conversa com ele e com o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim manifestou total disponibilidade para ajudar a que tal não aconteça. -----

Terminadas as intervenções passou-se para o ponto dois sobre a apreciação, discussão e votação da proposta de **alteração do mapa de pessoal para o ano de 2022**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara referiu que este assunto tinha sido trazido à Assembleia Municipal, porque quando receberam a transferência de competências da área da educação, em abril deste ano, a maior parte dos funcionários passaram para o Município. Contudo, até ao final do ano letivo, a Escola ainda tinha em aberto uma bolsa de recrutamento, que servia para todas as situações de baixas, faltas ou qualquer outro tipo de ausência dos funcionários e que permitia, de imediato, a sua substituição. Atendendo ao facto dessa bolsa de recrutamento ter terminado no final do ano letivo e a competência estar delegada no Município, se algum funcionário estivesse de baixa ou por qualquer motivo impedido de trabalhar, não conseguia ser substituído de imediato, porque não tinham esse expediente legal que no passado a Escola tinha. Portanto, o que sugeria era a alteração no Mapa de Pessoal, com a criação de dez lugares de auxiliares de educação educativa, com vista a um concurso para a bolsa de recrutamento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

O Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** usou da palavra para referir querer um pedido de esclarecimento para ver se tinha entendido bem a questão. O que tinha percebido, segundo a informação enviada, era que queriam que fossem criadas condições para a contratação de funcionários a termo certo. Contudo, não tinha percebido que era para essa questão da bolsa de recrutamento. -----

Para responder à intervenção, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir que relativamente à modalidade, muito sinceramente, não conseguia responder qual o expediente que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permitia fazer a contratação no imediato. Mas julgava que seria a termo incerto, presumia isso, pelo facto de não terem balizado um horizonte temporal, portanto poderia ser um contrato por dez dias como podia ser por um mês ou mais, dependeria sempre da necessidade e do problema existente com o funcionário que estivesse impedido de trabalhar. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e a abstenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

Posteriormente, por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta que já era prática corrente e o conteúdo dos seis pontos seguintes: o **ponto três** respeitante à apreciação, discussão e votação da **taxa municipal de direitos de passagem para vigorar no ano de 2023**; o **ponto quatro** sobre a apreciação, discussão e votação da **taxa de derrama a cobrar no ano de 2023 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2022, que seja superior ao montante de € 150.000,00**; o **ponto cinco** sobre a apreciação, discussão e votação da **taxa de derrama reduzida a cobrar no ano de 2023 para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2022, que não ultrapasse o montante de € 150.000,00**; o **ponto seis** referente à apreciação, discussão e votação da **taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para vigorar no ano de 2023**; o **ponto sete** relativo à apreciação, discussão e votação da **taxa do imposto municipal sobre imóveis (prédios urbanos) para vigorar no ano de 2023**; e o **ponto oito** concernente à apreciação, discussão e votação da **redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2023**, relativamente a prédios (urbanos ou parte) de sujeitos passivos com dependentes a cargo; e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado. -----

O Presidente da Câmara aceitou a proposta da discussão conjunta dos seis pontos e começou por dar nota que, infelizmente, não conseguiram ter alterações relativamente às taxas propostas. Como tinha referido anteriormente, continuavam numa situação financeira bastante complexa. Situação agravada com o aumento exponencial dos preços da eletricidade, gás, combustíveis, com a enorme redução que tiveram no financiamento corrente da Câmara Municipal de Tabuaço no valor de cerca de seiscentos

ATA 07 || 2021.2025 Fls. 178



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil euros, e também face ao registo da consolidação que ainda tinha terminado no ano passado e estava em processo com a Águas do Norte, S.A.. Portanto, fruto das circunstâncias atuais, não tinham possibilidade de fazer qualquer redução das taxas. -----

Continuou dizendo que, relativamente à questão da taxa municipal de direitos de passagem se mantinha a máxima, ou seja nos 0,25%. Era uma situação que ainda há relativamente pouco tempo tinha abordado junto da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), porque não conseguia entender o valor que as operadoras de telecomunicações pagavam, pois era claramente ínfimo comparado com aquilo que era o valor de negócio que gerava e o lucro que geravam as operadoras de telecomunicações. -----

No que respeita à derrama informou que se mantinha a taxa de 1,2% para volumes de negócio superiores a cento e cinquenta mil euros, passando a 0,5% para quem não ultrapasse cento e cinquenta mil euros de volume de negócios. Informou ainda que mantinham os 5% de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), bem como os 0,4% sobre o imposto municipal sobre imóveis (IMI) para os prédios urbanos e os 0,8% para os prédios rústicos, e ainda a redução da taxa de imposto municipal sobre imóveis relativamente ao número de dependentes do agregado familiar, sendo a redução para quem tem um dependente a cargo de vinte euros, para quem tem dois dependentes a cargo de quarenta euros e para quem tem três ou mais dependentes a cargo de setenta euros. -----

Concluiu a sua intervenção referindo que não podiam reduzir as taxas, por mais que gostasse de ter uma realidade diferente, sob pena de terem ainda mais dificuldades, sendo que o valor que as mesmas representavam não era assim tão grande nas contas do Município. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate, tendo usado da palavra o Deputado **Cristofe Pedrinho** para referir que iria ser coerente com a votação do ano transato, até porque as taxas não tinham mudado rigorosamente nada, portanto iria votar contra em todas as taxas que tinham sido apresentadas. Terminou fazendo uma chamada de atenção porque a proposta enviada basicamente tinha sido aquilo que tinha sido aprovado no ano passado e não foi emitida uma nova proposta. Apesar de os valores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serem exatamente os mesmos, não foi elaborado um novo documento, o documento recebido era um *copy paste* do ano passado. Portanto deixou o alerta, porque estavam a falar de um ano novo e logo achava que faria todo o sentido que o documento também fosse identificado como um documento novo. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que começou por referir em tom de brincadeira não ver qualquer problema em o documento ser um *copy paste* desde que estivesse assinado com a data do corrente ano. Achava que substancialmente isso tinha pouca relevância. Relativamente às taxas, referiu que todos gostariam de ter taxas mais reduzidas. Tinha tido queixas de vários munícipes em que a taxa máxima de IMI paga era realmente elevada. Agora, a questão era que o valor patrimonial do imobilizado era, infelizmente, muito baixo. Como ainda há pouco tinha sido dito pelo Presidente da Câmara, houve uma quebra de cerca de seiscentos mil euros nas transferências do orçamento do Estado. Referiu ainda que aquilo que os deveria preocupar era acompanhar a atividade do Executivo durante o ano, não estava com isto a dizer que estava a fazer mal, mas estavam cá para fiscalizarem e apreciarem e se achassem que o dinheiro pago pelos contribuintes estava a ser mal aplicado, aí sim, achava que havia substância para discussão e para debate ou até para impugnação. -----

Continuou dizendo querer abordar a questão que colocou no ano transato relacionada com os prédios devolutos, e que o Presidente da Câmara disse que iria ser analisada, e que provavelmente não foi. Deviam lembrar-se de ter falado acerca disso e da possibilidade da majoração da taxa de IMI em 0,3% para os proprietários de um imóvel que estivesse em situação de devoluto. Disse ainda, que a definição do que era um prédio devoluto podia ser estabelecida pela Câmara Municipal que iria aplicar essa majoração e não se deveria confundir com casas em perfeitas condições de habitabilidade, mas vazias. Era óbvio que tendo em conta o rácio dos impostos em Portugal, que era a progressividade dos rendimentos e a taxação de acordo com essa progressividade, constitucionalmente a questão estava correta, mas podiam arranjar uma definição muito mais reduzida para isso. Porque quando falou em prédios devolutos estava, única e exclusivamente, a falar de prédios que estavam a colocar em causa, por exemplo, a segurança na via pública, prédios que estavam em termos de poluição visual a descaracterizar uma paisagem, no fundo, imóveis que não eram restaurados pelos proprietários.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Achava que para alguns proprietários era bom que isso acontecesse para tomarem alguma medida, caso não o fizessem a Câmara Municipal tinha ainda mais legitimidade para proceder à respetiva demolição ou outra orientação que quisesse dar ao edifício. -----

Para responder às intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que afirmou concordar com o que tinha sido dito pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** relativamente à proposta, tendo ainda acrescentado que lhe parecia que a própria deliberação que acompanhava o documento não tinha grande sentido em estar assim escrita, porque era confusa. Relativamente à direção do voto, percebia perfeitamente. Contudo, deixou claro que não custava a ninguém mais do que a ele que não conseguissem modificar as coisas, mas tinha a ver com a situação financeira que o Município atravessava. -----

Continuou referindo perceber perfeitamente o que o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** queria dizer porque, quer no Município de Tabuaço, quer em todos os outros níveis de governação, era fundamental a forma como os valores eram aplicados. No que concerne à questão da majoração dos prédios devolutos, parecia-lhe que poderiam falar perfeitamente disso numa próxima reunião, até para tentarem perceber o que realmente pretendiam e que fosse mais benéfico. Se pretendiam taxar uma casa que estivesse vazia, porque a lógica de devoluto podia ser uma casa que estivesse vaga ou vazia, ou eventualmente, poderiam estar a falar de imóveis degradados, de imóveis que perigassem a segurança ou ainda dos tais pontos negros arquitetónicos que podiam estar a ser criados. -----

Interveio mais uma vez o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** dizendo que apenas falou no assunto porque o Presidente da Câmara tinha dito, no ano anterior, aquando da aprovação das taxas, que iria refletir sobre esse assunto. Disse ainda que, um prédio era considerado devoluto segundo vários parâmetros, ou seja, vários indícios, e bastaria que um desses indícios não se verificasse para não fosse considerado devoluto. Deu o exemplo de um prédio que tivesse um contrato de água ou de eletricidade, por exemplo, um emigrante que passava o ano inteiro fora do país, a casa dele, como era óbvio, não era devoluta. Mais disse que, o objetivo era exatamente aquele que o Presidente da Câmara referiu no final, era acabarem com prédios que estavam a colocar em causa a segurança da via pública e que ao mesmo tempo estavam a colocar em causa a beleza e a contribuir para a poluição ambiental das freguesias. Era tudo uma questão indiciária, sendo que esses indícios eram definidos pelas

ATA 07 || 2021.2025 Fls. 181



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próprias Câmaras Municipais. Sabia disso, porque tinha acompanhado o processo em Lisboa, e a questão era exatamente assim, o conceito devoluto era definido *per si* por cada Câmara Municipal e bastava que um desses indícios não estivesse presente para que a casa não pudesse ser demolida nem pudesse ser majorado o IMI. E, como era óbvio, o cidadão tinha sempre o direito de reclamar perante as autoridades administrativas. -----

Concluídas as intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto três respeitante à proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para vigorar no ano de dois mil e vinte e três em 0,25% foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e o voto contra do Deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto quatro concernente à proposta de fixação da taxa de derrama a cobrar no ano de dois mil e vinte e três para os sujeitos passivos com um volume de negócios em dois mil e vinte e dois, que seja superior ao montante de € 150.000,00 foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e o voto contra do Deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto cinco sobre a proposta de fixação da taxa de derrama reduzida a cobrar no ano de dois mil e vinte e três para os sujeitos passivos com um volume de negócios em dois mil e vinte e dois, que não ultrapasse o montante de € 150.000,00 foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e o voto contra do Deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto seis referente à proposta de fixação da taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares para vigorar no ano de dois mil e vinte e três foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e o voto contra do Deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto sete relativo à proposta de fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (prédios urbanos) para vigorar no ano de dois mil e vinte e três foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e o voto contra do Deputado **Cristofe Pedrinho**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O ponto oito concernente à proposta de fixação da redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de dois mil e vinte e três, relativamente a prédios (urbanos ou parte) de sujeitos passivos com dependentes a cargo foi aprovado, aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis e o voto contra do Deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto nove - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----

No uso da palavra o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** começou por referir que tinha várias questões para abordar. Em primeiro lugar, custava-lhe muito ter que voltar a falar sobre este assunto, já era para o ter chamado à colação no início da reunião, que tinha a ver com o pedido de informações para o seu trabalho como Deputado Municipal. Foi eleito para resolver os problemas dos munícipes e para isso tinha que estar informado. Já passaram com esta três reuniões e sem o pedido ser totalmente garantido. Recebeu na semana passada, na quinta-feira, três respostas faltando todas as outras que foram submetidas. Indagou o Presidente da Assembleia Municipal se tinha tomado alguma posição relativamente a isso. Lamentava estar a ser incomodativo, mas não era essa a sua intenção. Mas poderia tirar as conclusões que quisesse, ou era negligência ou era incompetência ou era não querer que ele tivesse conhecimento das questões. Não estava a afirmar, mas podia pensar aquilo que quisesse e achava que era triste ter que voltar a falar nesta questão. Relativamente a algo mais alargado, existia no Direito Constitucional, o artigo 52.º que respeitava ao direito de petição e direito de ação popular que garantia a qualquer cidadão português aquando da interpelação a entidades públicas a entidades administrativas o direito a ser respondido. E à exceção do Vice-Presidente da Câmara, que não deu resposta a tudo, mas foi a única pessoa que lhe deu resposta aos vários *e-mails* que enviou quer para a Câmara Municipal quer para a Junta de Freguesia de Sendim com o conhecimento da Assembleia Municipal. -----

Continuou referindo que não sabia se lhe poderia ser dado algum esclarecimento adicional, mas para que os munícipes ficassem informados, segundo aquilo que lhe foi dito à data de que a informação foi prestada existiam quarenta e dois ucranianos no concelho e tinham sido gastos cerca de nove mil e quinhentos euros no que se referia a despesas de eletricidade, gás, água e mobiliário. Não estavam,

ATA 07 || 2021.2025 Fls. 183



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como era óbvio, despesas de transporte, despesas de deslocação das pessoas a serviços para tratarem de questões administrativas. No que respeitava à Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) foi informado que foram gastos cerca de dois mil e seiscentos euros, e mais uma vez, de acordo com a penúltima reunião da Assembleia Municipal, esperava bem que esse dinheiro fosse catapultador de uma atividade turística bem incrementada e bem cimentada em Tabuaço, embora conforme disse nessa altura, muito faltasse fazer. Havia, por exemplo, uma riqueza histórica em Sendim que ninguém via e aproveitava, nem por parte da Junta de Freguesia, nem por parte da Câmara Municipal. Já alguma coisa tinha sido feita, mas havia muito mais para explorar. Portanto, esperava que aproveitassem bem esse dinheiro que era despendido na BTL. -----

Outro assunto que queria abordar prendia-se com a questão falada anteriormente do Crédito Agrícola e as missivas que enviou para tanto para a Junta de Freguesia de Sendim como para a Câmara Municipal, não sabiam se tinham feito alguma coisa, mas aquilo que lhe foi dito e a resposta dada pelo Crédito Agrícola foi que nada daquilo que ele invocava se verificava. E aquilo que invocou, e que toda a gente se queixava, inclusive o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, era que a caixa de multibanco estava constantemente sem dinheiro e isso repetia-se muitas vezes. Questionou se foi feita alguma coisa e o que acharam da sua missiva, já que ninguém lhe tinha respondido. -----

Questionou, também, relativamente à casa demolida em Sendim, pois também ninguém lhe respondeu.

Outro tema abordado relacionava-se com o património histórico e arquitetónico existente à volta da Igreja Matriz de Sendim, havia túmulos árabes que estavam totalmente tapados com lixo, sendo que, inclusive, um dos túmulos foi estragado aquando da remodelação da Igreja Matriz. Já tinha chamado muitas vezes a atenção das pessoas, mas, mais uma vez, ninguém lhe respondeu. Gostava de saber o que pensavam acerca disso. Era um património riquíssimo que ali estava. A maior parte das pessoas nem sabiam da sua existência, pois não havia qualquer indicação. -----

Questionou ainda, para quando o término nas obras de reabilitação do Mercado em Sendim. Já tinha alertado para esta situação várias vezes em reuniões anteriores. Solicitou que verificassem *in loco*, pois fez questão de ir lá. O campo gimnodesportivo estava mal feito, as plataformas estavam aos altos e baixos. O bar e as mesas de piquenique estavam numa degradação acelerada, havia uma caixa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

internet com fios tapada com uma tábua. A ligação entre a calçada e a estrada principal era vergonhosa. Interrogou o que iam fazer acerca disso, porque irem para tribunal não era solução. Solicitou que pensassem nisso com seriedade porque realmente aquela obra não podia continuar da maneira que estava. -----

Outra questão colocada tinha sido pedida diretamente por um munícipe, que tinha um aqueduto à entrada do estabelecimento e que colocava em perigo as pessoas que ali passavam. Não sabia se era verdade ou não, por isso é que estava a questionar. Disseram-lhe que já tinham falado com o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** e que o Vice-Presidente teria dito, há duas semanas, que o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim iria falar com o munícipe em causa. Mas mesmo que o estabelecimento não estivesse aberto aquele alicerce da antiga paragem não podia estar na via pública como estava. -----

Terminou a sua intervenção referindo que esperava ser a última vez que abordaria o tema do pedido de informações como Deputado Municipal. Ele queria trabalhar, era isso que queria e que pedia informações ou então teria de ser obrigado a renunciar ao mandato, que era algo que não gostava de fazer. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal disse que quanto à interpelação que lhe foi feita e à Mesa em relação aos pedidos de informação, essa informação era remetida, desde que solicitada, aos serviços para fazerem chegar ao Executivo para que as repostas fossem dadas. Disse ainda que podiam tentar encontrar uma metodologia e prazos de informação, mas daria a palavra ao Presidente da Câmara para melhor poder esclarecer e para dar resposta às questões levantadas. -----

O Presidente da Câmara começou, em primeiro lugar, por se desculpar por eventualmente ter havido alguma demora relativamente aos pedidos de informação. Sendo que, olhando para o pedido de informações, que pediu novamente para lhe fazerem chegar, tinha ficado com a ideia de que estava tudo respondido, na medida em que no *e-mail* enviado foi dada resposta às informações relacionadas com os valores gastos com a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, dos valores em causa com a operação de acolhimento de refugiados e ajuda à Ucrânia, e do funcionamento de alguns equipamentos do Município, nomeadamente algumas Estação de Tratamento de Águas Residuais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(ETARs) do concelho. Relativamente à questão da sinalização vertical, já tinha sido dito numa reunião anterior que havia uma candidatura e que essa situação iria depois ser equacionada. No que concerne à questão da Sociedade Beleza do Monte, Lda., reconhecia que realmente não estava respondida, mas também o pedido estava relacionado com as informações disponibilizadas na informação escrita eram insuficientes. Em relação à situação do funcionário condenado em processo-crime, tinha sido respondido que tinha sido pedido recurso do processo e ainda não estava tratado. Relativamente à questão da Plataforma Mercado de Tabuaço tinha dito que o valor era similar por mês, a única questão de ser maior no segundo contrato era porque se tratava de um ano inteiro, enquanto no primeiro contrato era um valor apenas para cinco ou seis meses. Também tinha referido, à época, que no final do contrato iriam equacionar se os objetivos que estavam vertidos tinham sido alcançados ou não. Contudo, se o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** tivesse a necessidade que fossem escritas as respostas verbalizadas na reunião, não via qualquer problema. Também acreditava piamente que não passava pela cabeça de ninguém que houvesse qualquer tipo de vontade da parte do Executivo em camuflar ou esconder o que quer que fosse, até porque tudo era sujeito a escrutínio e análise. Nem nunca o Executivo em altura nenhuma deixou de tentar transmitir clareza. -----

Relativamente a convidarem os Deputados a dirigirem-se à BTL, até lhe parecia interessante e achava muito bem, mas depois que não viesse ninguém reclamar das despesas que custava levar os Deputados a Lisboa, porque depois seria mais difícil justificarem a tal catapultação do turismo no concelho. Disse que já num período chegaram a visitar a Assembleia da República com os Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesias e poderiam perfeitamente durante esta legislatura promover uma situação idêntica e que coincida com a BTL ou com qualquer outra feira para perceberem do que se tratava e o que iam lá fazer. Parecia-lhe que o valor despendido por participarem numa feira com esta dimensão tinha todo o enquadramento, ainda para mais tendo essa participação cada vez mais um cariz transversal e regional, porque era um dos dezanove Municípios da CIMDouro. Reconheceu que havia situações a melhorar quer a nível da própria logística quer a nível da própria distribuição. ----

Relativamente às despesas com os ucranianos o valor enviado era o total. Sendo que, e muito bem como o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** disse, não contabilizaram nem o tempo que os funcionários despendiam nem esses transportes. E também não se encontrava contabilizado o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transporte feito através da CIM Douro, para a recolha de bens e roupa e que foi enviado para a Ucrânia, quer também do transporte de alguns ucranianos para Portugal. Informou ainda que o número total de pessoas atual era de trinta e cinco, porque, entretanto, alguns acabaram por regressar. -----

No que concerne à questão do Crédito Agrícola, viu o *e-mail* mas pensou que era para dar conhecimento. Referiu que também em Tabuaço e noutros concelhos vizinhos acontecia as caixas de multibanco estarem sem dinheiro, essa situação não acontecia só em Sendim. Situação essa que acreditava ter tido algum agravamento porque atualmente era obrigatório que o abastecimento das caixas multibanco fosse feito por uma empresa externa e não pelos funcionários das agências. Referiu ainda ter sido dito pelo Crédito Agrícola estar a ponderar uma solução para minimizar esse custo com o carregamento dos ATM's. -----

No que respeitava à questão da casa demolida, referiu que tinha sido intervencionada há poucos dias e ainda não tinha visto a intervenção, pelo que não podia dizer especificamente o que tinha sido feito. ----

Em relação à questão da obra de requalificação do Mercado nunca defendeu em ir para Tribunal. Quando referiu essa situação falou que em última instância havia sempre uma série de mecanismos caso a empresa não cumprisse com aquilo a que estaria legalmente obrigada. Reconheceu que podia haver a tal má execução de trabalhos e podia haver degradação que era fruto do material. A questão do bar não sabia se a degradação era fruto dos materiais que lá tinham sido colocados ou se eventualmente era fruto da utilização. Contudo aquilo que entendia, e que já tinha sido falado com os serviços para puderem ultrapassar o mais rapidamente possível essa situação, era o agendamento da receção provisória da obra com a maior brevidade possível, para que depois oficialmente solicitem, a quem de direito, aquilo que necessite de ser feito. Também queria acreditar que iriam chegar a concordância com a empresa dentro daquilo que entendessem ou que estivesse mal executado ou que estivesse deteriorado. -----

Relativamente à questão do aqueduto não sabia responder, e entretanto, o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** não estava presente. -----

O Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção referindo que relativamente à questão do património envolvente à Igreja Matriz poderia tentar sensibilizar. Era quase como a questão dos

ATA 07 || 2021.2025 Fls. 187



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bancos. Poderia tentar sensibilizar, mas a bem da verdade o património não era da Câmara Municipal. Até porque ainda recentemente, dentro de um roteiro, nas Freguesias de Longa, Granja do Tedo, Sendim, Pinheiros e Barcos, relacionado com o Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE), para a candidatura tiveram que ter a autorização de quem de direito, neste caso, os representantes das paróquias para puderem ter algum tipo de intervenção. Como era lógico tentavam sensibilizar, mas estavam a falar de entidades distintas, sendo que também tinham que reconhecer que na maior parte das vezes os investimentos eram feitos ou pelas Juntas de Freguesia ou pela Câmara Municipal. Também reconheceu, o que muito o honrava, o relacionamento de proximidade que tinham com todas as comissões fabriqueiras e todos os seus párocos, até porque, na maior parte das vezes, as intervenções eram feitas em parceria e todos queriam fazer o melhor. Sendo que nem sempre concordavam com o que era a natureza ou a finalidade das intervenções. -----

Intervio novamente o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** referindo que deixava já esplanadas as explicações que pretendia. -----

A primeira dizia respeito à Sociedade Beleza do Monte, Lda., colocou essa questão porque a própria informação que tinha sido despendida dizia que tinham estado numa reunião na qual votaram contra as decisões que tinham a ver com questões estatutárias e de aprovação de orçamentos por acharem que a informação prestada pela sociedade não estava completa nem correta. Gostaria de saber qual o motivo do voto contra do Município e baseado em quê. E se já tinham conseguido obter essas informações acerca do funcionamento mais transparente da sociedade. -----

Depois, relativamente à Plataforma Mercado de Tabuaço, o que tinha questionado na altura foi-lhe respondido, mas também tinha pedido que queria ter acesso aos contratos, às condições e a toda a informação que lhe pudessem prestar relativamente a essa situação. -----

Em relação às ETARs referiu ter ficado muito contente quando foi informado que no mês de março a ETAR de Sendim estava a ser limpa e a ser colocada em funcionamento nas devidas condições. Relativamente à informação disponibilizada pelo Vice-Presidente da Câmara reparou que havia várias reticências em relação a outras ETARs no concelho, na medida e no encaço que também questionava para o caso de lhe puderem dar uma explicação melhor acerca das *nuances* que existiam. Porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

havia ETARs a funcionar, mas faltava-lhes alguma coisa. Perguntou se essas faltas eram facilmente resolúveis ou iriam continuar a ter problemas desses. -----

No que concerne, à questão do Crédito Agrícola havia uma questão que achava mais grave do que em certos concelhos, porque a população que ia à caixa multibanco a Sendim, eram pessoas da freguesia de Cabaços, e se iam lá e não tinham constantemente dinheiro, deixavam de ir. Foi essa questão que o levou a escrever a missiva para o Crédito Agrícola. Precisavam de pessoas no concelho, nem que fosse para irem à caixa de multibanco, porque depois podiam ir tomar um café ou até verem alguma casas que lhes agradasse e comprar. A questão estava em terem uma visão mais sustentável e abrangente. -----

Terminou a sua intervenção referindo que, relativamente à questão dos túmulos da Igreja Matriz, não sabia até que ponto ainda pertenciam à comissão fabriqueira, porque estavam fora do terreno da Igreja. Aconselhava a visitarem porque era uma pena que um património daqueles, que tinha dois mil anos ou mais, estar na situação em que estava. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao Deputado **Cristofe Pedrinho** para apresentar um protesto à Mesa, porque o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** gostava muito de citar leis, de cumprir as leis, e depois esquecia-se do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal que dizia no ponto cinco que “o uso da palavra para intervir em assuntos da ordem do dia será concedido a cada membro, que para tal se inscreva, por duas vezes sobre cada assunto, e por períodos de cinco e dois minutos, respetivamente”. Estavam no ponto nove, estavam na ordem do dia, e parecia que tinham entrado em diálogo e não havia respeito pelo regimento e pelas pessoas que ali estavam. Portanto queria relembrar o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que também existia um regimento que tinha que ser respeitado e que não estava a respeitar. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal disse que efetivamente a gestão dessa questão era da Mesa e principalmente sua, portanto aceitava o reparo colocado, mas dando sempre alguma abertura para que houvesse a possibilidade de apresentação das posições de cada um. -----

Usou da palavra o Presidente da Câmara para esclarecer e responder às interpelações feitas pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** afirmou que relativamente à Sociedade Beleza do Monte,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lda., tal como dissera anteriormente, o Revisor Oficial de Contas para quem enviaram as contas levantou uma série de questões, tal como a Divisão Financeira e que depois as faria chegar. -----

Em relação à questão das ETARs dificilmente com os recursos que tinham e também face à especificidade deste tipo de equipamentos conseguiriam resolver as situações, pelo que tinham uma prestação de serviços com uma entidade. E quando na informação prestada dizia que faltava determinada coisa, a ETAR estava em funcionamento, mas tinha havido um levantamento por parte dessa empresa de prestações de serviços a cada uma das ETARs e estava agora a levar a cabo todas essas intervenções. -----

Continuou dizendo que relativamente à caixa de multibanco de Sendim não era essa a única queixa, o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** também informou que as pessoas se queixavam muito pelo facto de não conseguirem ver o que estava no ecrã devido ao sol. Iriam tentar uma vez mais sensibilizar o Crédito Agrícola para que as coisas fossem minimizadas. -----

O Presidente da Câmara terminou a sua intervenção salientando que havia uma calendarização das intervenções e poderiam coincidir com os alertas dados, assim como também havia coisas para as quais eram alertados e que não eram feitas em tempo útil. Mas também existia outra realidade, que era às vezes haver intervenções para as quais não eram alertados. Também tinha a percepção de que o queriam era fazer sempre mais e melhor, tendo a noção de que nem sempre conseguiam chegar com a celeridade desejada. Mais uma vez agradeceu o contributo de cada um e a preocupação da defesa dos interesses dos munícipes e sempre na perspetiva de fazerem mais e melhor pela população e pelo território. -----

Seguidamente a Secretária Gisela Catarina Pereira dos Santos leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. De referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** não se encontrava presente. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e vinte e cinco minutos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

┌

└

O PRIMEIRO SECRETÁRIO, -----

┌

└

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----

┌

└